



CARTOGRAFIA DOCUMENTAL: FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NOS CURSOS DE LICENCIATURA

Maria de Lourdes da Silva Neta (1); Francisco Jucivânio Félix de Sousa (2); Jerry Gleison Salgueiro Fidanza Vasconcelos (3)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE Campus Boa Viagem. E-mail: neta.lourdes@uece.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE Campus Crateús. E-mail: juc.fe@uol.com.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE Campus Itapipoca. E-mail: profjerryvasconcelos@gmail.com

Resumo: A avaliação do ensino-aprendizagem nos cursos de formação docente é ação formativa essencial. O objeto de pesquisa foi constituído pela avaliação do ensino-aprendizagem, uma vez que a avaliação deve existir para contribuir na formação do indivíduo, respeitando suas diferenças e individualidades evidenciando suas aprendizagens e dificuldades. Sendo assim, objetivamos compreender as dimensões avaliativas de ensino aprendizagem na concepção de três cursos de licenciatura ofertados em uma instituição pública no interior do Ceará. A abordagem metodológica desta pesquisa foi qualitativa, com indicações metodológicas pautadas na cartografia que recorreu a pesquisa documental como técnica investigativa. O referencial metodológico basilar constituiu-se pelos escritos de Arredondo (2002), Freitas e Sordi (2009), Minayo (2007), Rolnik (2014), dentre outros. A coleta de informações através de uma investigação documental nos PPC dos cursos, justifica-se na utilização dos projetos pedagógicos como eixos norteadores da formação ofertada aos futuros docentes. Os resultados dessa pesquisa apontam para a necessidade de um trabalho contínuo de formação, que questione as representações de avaliação e aprendizagem, visando à tomada de consciência de suas práticas e fomenta meios para a formação de uma cultura que prime por práticas avaliativas, que devem oportunizar os alunos a demonstrar o que sabem além de propor alternativas de mudanças nas estratégias de avaliação da aprendizagem, de ensino, metodologias e recursos.

Palavras-chave: Avaliação; Ensino-aprendizagem; Cartografia; Formação de professores.

Introdução

Na contemporaneidade, o mundo passa por transformações e rápidos avanços na dimensão econômica, social, política, tecnológica e educacional, sendo assim, as instituições formativas precisam promover uma formação que acompanhe esse permanente processo de mutação nos diferentes âmbitos constituintes da sociedade. Para que as instituições de nível superior estejam inseridas e articuladas ao contexto social é preciso pensar em uma educação dinâmica, humanística, autônoma e democrática na perspectiva de inserção dos estudantes no mundo de trabalho. Vale



ressaltar que a educação não é a única responsável pela justiça social, mas precisa, através de um trabalho educativo, eficaz e coerente com o objetivo de amenizar as desigualdades e preparar o indivíduo da melhor maneira para enfrentar as problemáticas cotidianas.

A escola e a universidade são lugares com projeto político-pedagógico que precisam contribuir com a interseção da diversidade cultural que as circunda e as constitui, sendo espaços de significação, ou seja, de produção de conhecimento, informações, valores, habilidades e competências fundamentais a formação humana e profissional dos que ensinam e aprendem. Nesta concepção, o papel da avaliação é proporcionar melhoria na relação ensino e aprendizagem, produzindo informações necessárias, e consequentemente mantendo o diálogo entre as intervenções dos docentes na aprendizagem dos educandos.

As instituições de ensino superior precisam seguir as determinações da legislação educacional e seus regulamentos, para que possam determinar os períodos de avaliação e os lançamentos dos resultados, o que, normalmente, ocorre ao final de cada semestre. Sendo assim, os docentes necessitam estar atentos aos prazos estabelecidos pelo sistema institucional, percebendo a exigência da execução dos instrumentos avaliativos, objetivando o fornecimento de informações acerca do conhecimento apreendidos pelos estudantes nas disciplinas sob sua responsabilidade.

A formação inicial dos professores deve proporcionar reflexões acerca da avaliação, pois os mesmos irão conviver com desafio e atuarão, em seu campo de trabalho, constantemente com o processo de avaliação interna e externa, já que estas fazem parte do atual processo de geração de informações e implantação de políticas públicas que objetivam a melhoria da qualidade de ensino em nosso país.

Desse modo, a relevância dessa investigação aponta-se na compreensão do processo avaliativo realizado em três cursos de licenciatura ofertados em uma instituição pública no interior cearense. A escolha dessa temática elucidada a relevância da avaliação do ensino-aprendizagem nos cursos de formação docente. Sendo assim, optamos por divulgar a pesquisa no grupo de trabalho (GT) Formação de Professores, uma vez que a investigação documental foi realizada nos projetos pedagógicos de três cursos de licenciatura e revela as dimensões avaliativas realizadas no decorrer do percurso formativo de docentes.

O significado da palavra avaliação no dicionário remete à seguinte definição: “Ato de avaliar; apreciação; estimativa”. (BUENO, 2001, p.104). A avaliação está presente em nosso cotidiano. Avaliamos e somos avaliados constantemente pelas ações que executamos, pelas



escolhas que fazemos, pelas decisões que tomamos, enfim, pelo que somos e representamos. Conforme Freitas e Sordi (2009, p. 07),

Em nossa sociedade, somos avaliadores e avaliados, atribuindo juízo de valor a tudo e a todos, das situações mais simples às mais complexas, utilizamos a avaliação para tomar decisões apesar de muitas vezes não conhecermos sua importância ou escolhermos corretamente as técnicas ou os instrumentos para realizá-la.

Ao professor conhecer o conceito de avaliação e seus significados torna-se necessário, na perspectiva de utilizá-la na escolha do modelo, na seleção da técnica, no planejamento e elaboração dos instrumentos e seleção dos critérios para avaliar. Em nossa graduação, percebemos situações em que o docente aplicava o instrumento denominado prova e os estudantes obtinham notas abaixo da nota média de aprovação. Os professores, então, organizavam outro instrumento de avaliação para melhorar o resultado. Salientamos que, diante do resultado coletado, é importante que o professor avalie os aspectos relacionados com o objetivo de promoção da aprendizagem discente. Avaliação do ensino - aprendizagem consiste na tomada de decisão do docente mediante os dados apresentados pelos discentes acerca do conhecimento ensinado.

O objetivo geral da pesquisa consistiu na compreensão das dimensões avaliativas de ensino aprendizagem. Os objetivos específicos foram a descrição e caracterização das propostas de avaliação disseminadas na formação docente e contidas nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC).

Na intenção de promovermos apreensão da pesquisa nosso escrito foi estruturado em dois momentos: primeiramente nas indicações metodológicas adotadas na investigação com escopo na indicação metodológica baseada na cartografia e, posteriormente nos resultados e discursões coletados a partir dos três PPC das licenciaturas.

2 Metodologia: No caminho das descoberta

A metodologia consiste na explicação detalhada de todas as etapas que foram desenvolvidas no decorrer do trabalho de pesquisa, ou seja, é a maneira como se desenvolveu a pesquisa, seguindo critérios estabelecidos e em determinada ordem. Momento em que os pesquisadores necessitam explicar que tipo de pesquisa realizaram, destacando a abordagem, o método, as técnicas de coleta de dados, bem como o tratamento dos dados recolhidos.

Minayo definiu metodologia em três dimensões,

[...] a) como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos,



técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas. (2007, p.44).

Na acepção supracitada, a metodologia é uma explicação detalhada de todas as etapas que serão desenvolvidas na pesquisa, ou seja, é a maneira como se desenvolve a investigação, atendendo aos critérios estabelecidos em determinada ordem, é uma escolha do pesquisador, relacionada com o objeto de pesquisa, devendo gerar condições para que os questionamentos sejam atendidos e os objetivos atingidos.

A abordagem de pesquisa selecionada foi qualitativa, é necessário o pesquisador observar os sujeitos e realizar esforço para compreender as diversas opiniões, destacando a característica para fazer uso da abordagem qualitativa na formação docente na leitura de Bogdan e Biklen (1994, p.287).

O objetivo não é o juízo de valor; mas, antes, o de compreender o mundo dos sujeitos e determinar como e com que critérios eles o julgam. Esta abordagem é útil em programas de formação de professores por que oferece aos futuros professores a oportunidade de explorarem o ambiente completo das escolas e simultaneamente tornarem-se mais autoconscientes a cerca de seus próprios valores e da forma como estes influenciam as suas atitudes face aos estudantes, diretores e outras pessoas.

O estudo qualitativo objetiva a compreensão, devendo ser de natureza teórica e prática, concomitantemente. O trabalho corresponde à abordagem de investigação qualitativa, recaindo sobre às dimensões da avaliação do ensino- aprendizagem nos cursos de formação docente.

A cartografia é, pois, para os cartógrafos, um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo em que os movimentos de transformação da paisagem acontecem (ROLNIK, 2014). A cartografia representa o ofício do cartógrafo, que produz o desenho minucioso que ajuda na localização dos espaços. A elaboração do mapa da avaliação do ensino-aprendizagem nos cursos de formação docente foi constituída com suporte na abordagem qualitativa, com os resultados da investigação documental nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC). Cartografar uma trajetória constitui um tipo de conhecimento que vai além de desenhar uma realidade estática. A cartografia é uma indicação metodológica que consiste na descrição dos procedimentos, no delinear das escolhas, na compreensão, por meio do conhecimento dos processos e das trajetórias formativas, profissionais, como, se fez a proposta de avaliação que se destina aos futuros professores nas três licenciaturas. Nessa acepção decidimos recorrer aos três PPC pelo fato de serem os documentos norteadores do trabalho formativo para a docência realizado no curso de licenciatura e acreditarmos



que se faz necessário o conhecimento da proposta de formação do curso pelos formadores dos futuros professores.

As elaborações dos percursos que desvelaram as formações avaliativas ocorreram, com o escopo de possibilitar a orientação e reorientação dos processos de formação docente concernentes à dimensão da avaliação do ensino-aprendizagem. A cartografia na concepção descrita por Rolnik (2014, p. 62), [...] “diferentemente do mapa, é a inteligibilidade da paisagem em seus acidentes, suas mutações: ela acompanha os movimentos invisíveis e imprevisíveis da terra aqui, movimentos do desejo -, que vão transfigurando, imperceptivelmente, na paisagem vigente”. O cartógrafo deve evitar o reconhecimento automático, uma vez que objetiva cartografar um território que, em princípio, não se habitava. Não se trata de se deslocar numa cidade conhecida, uma vez que desenvolvemos nossa atividade profissional em cursos de licenciatura, mas de produção de conhecimento ao longo do percurso investigativo, o que envolve a atenção e a criação do território de observação. Partimos para o campo investigativo com algumas preocupações e duas pistas a avaliação do ensino-aprendizagem e verificação.

A técnica de coleta de dados norteadora do estudo cartográfico foi documental, que na acepção organizada por Gil, “a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (2002, p.45). Optamos por utilizar os projetos pedagógicos dos cursos por serem os eixos norteadores da formação ofertada aos futuros docentes nos cursos de licenciatura. O Projeto pedagógico precisa ser emancipador conforme enfocou Veiga (2001),

Para a construção do projeto político-pedagógico, devemos ter claro que se quer fazer e por que vamos fazê-lo. Assim, o projeto não se constitui na simples produção do documento, mas na consolidação de um processo de ação-reflexão-ação que exige o esforço conjunto e a vontade política do coletivo escolar. (p. 56).

Mediante as considerações realizadas pela autora mencionada o projeto pedagógico necessita transpor as dimensões documentais, emanando em um processo de reflexão das ações a partir do coletivo que constitui a comunidade escolar.

Denominamos de campo da investigação a busca pelos documentos, especificamente os PPC, o recolhimento e análise, foram pautadas em categorias, nas quais denominamos de pistas. Na acepção organizada por Fonseca, Nascimento e Maraschin (2012), “cartografar é caminhar em involução, nem de onde, nem para onde, mas habitar as múltiplas temporalidades em um único instante. E perguntar, que é que insiste aqui? Que é que pede passagem da língua? Que é que ganha verbo no que acontece?” (p. 46). Para cartografar se faz necessário desejar o acontecimento, o lançar dos dados, estar atento à afirmação do acaso, aquilo que faz problema no mesmo. Suportar



um problema e uma vizinhança com as soluções. O acontecimento desejado consistiu no mapeamento da formação e das práticas de avaliação mediante as acepções descritas nos aparatos bibliográficos e documentais.

A ética do pesquisador deve perpassar todas as fases da investigação, pois consiste na conduta adotada no transcorrer de uma investigação, tratando com respeito os pesquisados. Neste sentido, deve evitar que a pesquisa acarrete danos aos participantes e as instituições. O pesquisador deve possuir escopo na relevância social, educacional, institucional e individual da pesquisa, assim como primar pela disseminação de conhecimentos, auxiliando na reflexão dos que trabalham nas instituições formativas com o intuito de solucionar problemas nas diversas áreas com informações válidas e fidedignas, assegurando o registro das informações com integridade. Sendo assim, deixaremos de informar o nome da instituição pesquisada e de especificar os cursos em que analisamos as dimensões referentes ao processo avaliativo contidas nos três PPC, utilizaremos a nomenclatura Curso precedida de numeral. Dois PPC datam do ano de 2012 e um de 2014. Destacamos que nos sumários dos três documentos localizamos um item destinado à avaliação da aprendizagem.

Por utilizarmos a cartografia educacional como indicação metodológica a produção de dados gerada através dos documentos foi realizada a partir de duas pistas: avaliação e verificação, esses dois descritores auxiliaram na compreensão do processo de avaliação do ensino-aprendizagem no Ensino superior.

3 Resultados e Discussões

A avaliação nos últimos anos, precisamente na década de 1990, tornou-se elemento de pesquisa e de enfoque social em diversos países. No Brasil, com os investimentos públicos no âmbito educacional, expandiu-se a realização dos tipos de avaliação, partindo da avaliação em larga escala promovida pelo Ministério da Educação, com o objetivo de avaliar a qualidade educacional da educação básica, assim também na educação superior. As avaliações institucionais e curriculares obtiveram atenção dos pesquisadores na perspectiva de investigação das ações desenvolvidas nas escolas e universidades. A avaliação do ensino e aprendizagem antes referida aos docentes e discentes perpassa as fronteiras da sala de aula tornando-se, escopo do núcleo gestor. A sociedade exige que os educandos apreendam conhecimentos e que possam conseguir “sucesso” pessoal e profissional com os ensinamentos repassados pelo professor.



Na conceituação apresentada por Arredondo (2002),

a avaliação deve permitir, por um lado, adaptações a atuação educacional/docente às características individuais dos alunos ao longo de seu processo de aprendizagem, e, por outro, comprovar e determinar se estes atingiram as finalidades e as metas educacionais que são o objeto e a razão de ser da atuação educacional (p.24).

O conceito destaca duas dimensões da avaliação, a primeira, como processo relevante para docentes e discentes na premissa de proporcionar conhecimentos aos professores desvelando as características de aprendizagem dos estudantes podendo comprovar aprendizagens e modificando a prática docente conforme os resultados coletados nos instrumentos de avaliação. A outra como oportunidade para constatar se os fins e as metas educacionais foram alcançadas.

Compreendemos que a avaliação da aprendizagem é elemento didático-pedagógico e categoria constituinte do trabalho pedagógico com força indutora nas formas de agir dos agentes escolares, merecendo atenção especial dos sujeitos envolvidos na formação, visando a entender/desvelar seu modo de execução, indo além dos contextos da sala de aula e das instituições formativas.

Diante da dimensão conceitual buscamos os enfoques avaliativos contidos nos PPC dos cursos. Sendo assim, no documento do curso 01 localizamos que a avaliação da aprendizagem deveria ser realizada de modo processual e contínuo, tem por referência as indicações avaliativas descritas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, conforme o artigo 24, inciso V, alínea a, “a avaliação será processual e contínua, com a predominância de aspectos qualitativos sobre quantitativos e de resultados parciais sobre aqueles obtidos em provas finais” (BRASIL, Lei nº 9394/96). Indicando que avaliação é um processo contínuo de acompanhamento do estudante e que o docente pode utilizar instrumentos diversos para aferir o conhecimento, por exemplo, “trabalhos escritos, pesquisa de campo, relatório de atividades, provas escritas, debates, fóruns, portfólios e registro de participação dos alunos em atividades práticas de sala de aula” (PROJETO PEDAGÓGICO – CURSO 01, 2012).

No PPC do Curso 01 encontramos especificações de um regulamento institucional que indicou a realização da avaliação em duas etapas, que em cada uma, serão atribuídas aos discentes médias obtidas nos instrumentos, deixando de considerar o número de aulas semanais de cada professor que deverá aplicar, no mínimo, dois instrumentos de avaliação por etapa.

No que concerne a quantificação dos conhecimentos, utilizou a nota por semestre que será a média ponderada das avaliações parciais, e a aprovação do discente é condicionada ao alcance da média sete (7,0). As notas de avaliações parciais e a média final de cada etapa e de cada período letivo terão apenas uma casa decimal. Caso o estudante deixasse de atingir a média mínima para



aprovação, mas no decorrer do semestre tenha obtido, a nota mínima três (3,0), foi assegurado o direito de fazer a prova final. Sendo que esse instrumento deveria ser aplicado no mínimo três dias após a divulgação do resultado da média semestral e contemplar todo o conteúdo estudado no semestre. Para aprovação no instrumento final o discente necessitava obter de média mínima cinco (5,0), calculada pela soma da média semestral e da nota da prova final, dividida por dois (2).

No PPC do curso 02 as indicações avaliativas da aprendizagem, enfocaram que

consistem em concluir através de métodos interdisciplinares se o processo de aprendizagem foi claramente construído e/ou transferido de forma satisfatória. A quantificação deste resultado deve levar em consideração não apenas fatores específicos, mas um conjunto de fatores que não cometam avaliações que não retratem fidedignamente a real situação da aprendizagem do licenciando. (PROJETO PEDAGÓGICO – CURSO 02, 2012).

Em consonância com o primeiro documento analisado enfocou-se que aproveitamento acadêmico seria avaliado com o acompanhamento contínuo do estudante. Evidenciando a nota como elemento quantificador, evitando considerar o resultado de um teste escrito, deixando de sinalizar de que modo o processo avaliativo deveria ser conduzido. Mapeamos a sugestão de utilização de instrumentos de avaliação diversos, por exemplo, “trabalhos escritos, provas escritas, provas orais, atividades práticas em laboratórios, seminários, relatórios, trabalhos em grupo e apresentações no quadro” (PROJETO PEDAGÓGICO – CURSO 02, 2012).

Em relação aos aspectos de quantificação das notas, assim como o PPC 01 no documento evidenciou e as dimensões do regulamento institucional e destacou a frequência como indicador para aprovação do discente, desde que o comparecimento nas aulas do estudante em cada componente curricular fosse igual ou superior a 75% do total de encontros.

No PPC 03 a avaliação foi descrita como “ato de acompanhar a construção do conhecimento do aluno, a avaliação da aprendizagem pressupõe: promover o aprendizado, favorecendo progresso pessoal e a autonomia, num processo global, sistemático, participativo” (PROJETO PEDAGÓGICO – CURSO 03, 2014).

No tocante as indicações da aplicação dos instrumentos avaliativos, as condições para aprovação dos estudantes nas disciplinas e o destaque para o percentual mínimo de frequência dos discentes nas disciplinas as informações estão *ipsi literis* das contidas no PPC 02 do outro curso de licenciatura.

Conclusões



A cartografia realizada oportunizou a compreensão de que o processo avaliativo realizado nos três cursos de licenciatura ofertados em uma instituição pública no interior cearense aportaram-se na quantificação das aprendizagens, tendo indicações de utilização de instrumentos variados nos três projetos, sendo que os PPCs 02 e 03 são iguais, inclusive o texto documental.

Avaliação consiste no julgamento de valor que auxilia na tomada de decisão docente perante as dificuldades reveladas pelos discentes no decorrer das disciplinas com a aplicação dos diversos instrumentos. Relacionado aos critérios e procedimentos de avaliação da aprendizagem, os PPCs indicam que no processo avaliativo, dever-se-á permitir ao docente identificar os elementos indispensáveis à análise dos diferentes aspectos do desenvolvimento dos discentes sinalizando aspectos que auxiliem no planejamento do trabalho pedagógico. Sendo assim, temos uma concepção que implica numa avaliação que deverá acontecer de forma contínua e sistemática, mediante análises e interpretações qualitativas dos conhecimentos construídos e reconstruídos pelos estudantes no desenvolvimento de suas capacidades, atitudes, habilidades e competências.

Dessa forma, avaliação deve ser compreendida como uma prática de investigação processual, diagnóstica, contínua e cumulativa com a avaliação da aprendizagem, análise das dificuldades e redimensionamento do processo ensino/aprendizagem (Art. 24, Inciso V, alínea “a” da LDB 9.394/96), atentando para a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre as eventuais provas finais. Diante da indicação legal se tem observado no cotidiano formativo a preponderância de verificações da aprendizagem, que dependem do número de aulas por disciplinas, ao longo do semestre, nas quais são aplicados dois ou três instrumentos, calculando-se a média aritmética simples e sendo desprezados os aspectos qualitativos propostos pelo PPC dos cursos em questão.

É imperativo que fomentar meios para a formação de uma cultura avaliativa que prime pela aprendizagem, os docentes precisam oportunizar aos estudantes a demonstração do que sabem, e, principalmente os conhecimentos adquiridos no decorrer das disciplinas e do curso preparando-os para serem cidadãos críticos e autônomos. Sendo assim, é imprescindível que o professor universitário se torne consciente da responsabilidade que possui na medição dos conhecimentos no processo de formação desses licenciandos e futuros professores do ensino básico.

Referências Bibliográficas

BOGDAN, R. & BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. 1994. Porto, Portugal: Editora Porto.



BUENO, F. S. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FTD; LISA, 2001.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei número 9394**, 20 de dezembro de 1996.

ARREDONDO, Santiago Castilho (Coord). **Compromisos de la evaluación educativa**. Madri: Prentice Hall, 2002.

FREITAS, Luis Carlos; SORDI, Mara Regina Lemos de; MALAVARIS, Maria Márcia Sigristi; FREITAS, Helena Costa Lopes de. **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. São Paulo: Vozes. 2009.

FONSECA, T.; NASCIMENTO, M. e MARASCHIN, C. **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

Projeto Pedagógico do Curso. **Curso 01**. Ceará, 2012, 120 p.

_____. **Curso 02**. Ceará, 2012, 140 p.

_____. **Curso 03**. Ceará, 2014, 130 p.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2014.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da Escola. Uma Construção Possível**. Campinas, SP: Papirus, 2001.